

A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932

Manoel Candido de Andrade Netto *

INTRODUÇÃO

Embora um marco na história pátria a Revolução constitucionalista de 1932, deflagrada por São Paulo, é pouco conhecida até mesmo pelos próprios paulistas de hoje. Consequência de um momento histórico delicado em que a situação política interna, gerada pelo triunfo recente da revolução de 1930, agravada pela crise econômica mundial motivada pela quebra da bolsa de Nova York em 1929 e pela queda aviltante do preço da saca de café, espinha dorsal da economia do Estado de São Paulo. A isso some-se a infiltração de doutrinas sociais ditas renovadoras vindas do exterior, tidas por salvadoras, que criaram o caldo de cultura necessário para a eclosão das ideias revolucionárias que visavam do mais puro e elevado idealismo patriótico de uns a satisfação de inconfessáveis interesses pessoais de outros.

O Estado de São Paulo, às 21 horas do dia nove de julho de 1932 deflagrou a revolução que, latente no coração de todos os paulistas, ganhou as ruas reunindo as diversas tendências políticas, militares e até mesmo separatistas, gerando a maior mobilização popular registrada pela história do Brasil.

AS ORIGENS

A revolução de 1930, que levou o gaúcho Getúlio Dornelles Vargas ao poder, frustrou a pretensão de São Paulo de ter um paulista na Presidência da República. Acreditavam que somente um paulista poderia continuar a política econômica do presidente Washington Luiz para resolver a crise pela qual o país passava salvando da ruína os produtores de café que estavam ameaçados de falência. A despeito de ter com o estado de Minas Gerais um acordo pelo qual era assegurada aos políticos dos dois estados uma alternância no poder, Washington Luiz indicou para concorrer as eleições que o iria substituir o paulista Júlio Prestes e não o mineiro Antonio Carlos de

* Pesquisador do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB)

quem, pelo acordo era a vez, rompendo assim com aquilo que passou a história como "política do café com leite". Embora vencesse as eleições Júlio Prestes não assumiu pois a revolução liderada por Vargas conquistou o poder antes de sua posse. (DONATO, p.9)

Por outro lado o orgulho paulista estava ferido pois sua estimada Força Pública impedida por manobras políticas de combater na "*grande batalha que não houve*", na região de Itararé em 1930, não teve oportunidade de mostrar ao Brasil o seu verdadeiro valor. Em razão do efetivo e do poder de fogo que possuía, e considerando que contava com artilharia, aviação e treinamento orientado por duas missões militares francesas, uma contratada em 1906 e a outra em 1924, ela poderia ser considerada o segundo exército sul-americano sendo classificada imediatamente depois do Exército Brasileiro. É bom registrar que somente em 1920 o Exército Brasileiro contratou uma missão francesa para instruir os seus quadros. Em Itararé ela tinha 5.600 homens apoiados por quatro canhões que aproveitando bem o terreno favorável a uma manobra defensiva, tentaria barrar o avanço das tropas Getulistas. Tal ação seria possível pois suas forças estavam acima da relação clássica doutrinária que mostra que em uma frente que necessita de um elemento de tropa de determinado valor para defender, são necessários três elementos de igual valor para atacar. Os revolucionários tinham nessa frente 8.000 combatentes e 16 canhões. (DE PAULA, p.78)

Ao assumir o poder Getúlio Vargas, contrariando as expectativas gerais, protelou a esperada convocação de eleições para a formação de uma assembleia constituinte e passou a nomear, para São Paulo, interventores naturais de outros estados que eram de sua inteira confiança mas que não gozavam da simpatia dos paulistas e nada fizeram para conquistá-la.

Ao programarem a revolução constitucionalista os dirigentes paulistas contavam, unilateralmente com a adesão do Rio Grande do Sul, pois detectaram em muitos acontecimentos recentes sinais de simpatia dos gaúchos pela sua causa. Como exemplo citemos a Conferência de Cachoeira, realizada em 2 de novembro de 1931 na cidade de Cachoeira do Sul que reuniu todos os prefeitos do estado que, por unanimidade, apoiou a ideia da imediata volta do país ao regime constitucional. Outro indício foi motivado por líderes gaúchos como Borges de Medeiros e Raul Pila, que, orientados pelo Interventor Flores da Cunha, deram estrutura a Frente Única Riograndense cujo grande objetivo era batalhar pela constitucionalização do país e pela realização de eleições. (DE PAULA, p.246)

A crise econômica mundial gerada pela quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929, consequência da recessão americana desequilibrou as relações comerciais em todo o mundo gerando inclusive a diminuição considerável do consumo mundial do café enquanto vultosos estoques apodreciam a espera de compradores em Santos e em grandes cidades da Europa. Como prova de que havia grandes estoques de café depositado em outras praças fora do território nacional é interessante lembrar que, em 1931 chegaram ao Brasil 11 hidroaviões Savoia Marchetti, que atravessaram o Atlântico voando a comando do Gen. Ítalo Balbo, Ministro da Aeronáutica da Itália, percorrendo 10.400 km, em formação, a uma altitude de 200 m. A Marinha do Brasil comprou os 11 aparelhos. Parte do pagamento foi feito com 150.000 sacas de café das que estavam estocadas pelo Brasil em Genova, na Itália¹.

A saca do café era negociada normalmente por 200\$000(duzentos mil reis), porém em janeiro de 1930 seu preço chegou a 21\$000 (vinte e um mil reis). Visando a elevação do preço, diminuindo a oferta do produto, foi realizada uma grande queima dos estoques gerando descontentamento por parte dos produtores paulistas. Para que possamos formar uma ideia mais precisa da importância e dos efeitos desse fato entre os produtores basta dizer que, entre 1931 e 1940 foram queimadas 71.000.000 de sacas de 60 kg, café suficiente para cobrir todo o consumo mundial desse produto durante três anos.

Em São Paulo conspirava-se quase que abertamente. Três linhas de pensamento dominavam as conspirações que prosperavam e cada vez mais atraíam e inflamavam as massas. Uma, política, liderada por vultos da sociedade paulista, dos quais se destacava Júlio de Mesquita Filho, dono de "O Estado de São Paulo" jornal de grande credibilidade. A outra era uma linha militar liderada pelo revolucionário histórico Gen Isidoro Dias Marques e composta majoritariamente por militares naturais de outros estados mas residentes em São Paulo, procurando demonstrar com isto que o movimento não tinha conotação separatista. Os planos táticos e estratégicos seriam desenvolvidos pelo Cel. Euclides de Oliveira Figueiredo. O posto de Supremo Comandante do Exército

¹ Jornal Diário de Notícias de 06/01/1931 á 16/01/1931.

Constitucionalista, quando formado, seria do Gen Bertoldo Klinger então comandante da Circunscrição Militar do Mato Grosso. E, com menor expressão, porém muito atuante, havia uma linha que defendia a separação de São Paulo do restante do país. Sua mais conhecida e difundida bandeira era: "São Paulo é uma locomotiva puxando 20 vagões vazios". Editou três números de um pequeno jornal chamado "O Separatista". (DE PAULA, p.217)

OS ANTECEDENTES

Em 1932, a partir do início do ano, foi grande o recrudescimento das conspirações e o envolvimento das massas.

Em 25 de janeiro, 378º aniversário de fundação da cidade de São Paulo, data que não era feriado, mas o comércio e a indústria, por iniciativa própria, suspenderam o expediente para possibilitar que o operariado participasse dos comícios programados. Uma imensa multidão reuniu-se na Praça da Sé. De lá espontaneamente dirigiu-se até a redação de "O Estado de São Paulo" onde Júlio de Mesquita Filho proferiu um inflamado discurso. Em seguida a caudal se dirigiu para a Praça do Patriarca onde os vários oradores que se sucederam falaram muito pouco da efeméride que estava sendo comemorada, mas defenderam com muito entusiasmo a necessidade de reconstitucionalização do país. Os discursos exaltaram os ânimos e, para evitar possíveis atos de vandalismo e depredações, uma discreta ação de cavalaria aliada a uma torrencial e oportuna chuva serenou os ânimos. Naquele dia o povo tinha decidido fazer a revolução enquanto os políticos, nos gabinetes, ainda mantinham a esperança de negociar... (AMARAL, p.67)

Em 1º de março Getúlio Vargas analisando a gravidade da situação assina o decreto de nomeação do embaixador aposentado Pedro de Toledo para Interventor Federal no Estado de São Paulo. Finalmente atendia aos anseios do povo nomeando um paulista para o cargo.

Pedro Manuel de Toledo nasceu na capital paulista em 1860. Era neto do Brigadeiro Joaquim Floriano de Toledo que fora tesoureiro, vice-presidente e comandante das armas da província de São Paulo por várias vezes. Seu pai foi Capitão do Exército, fez a guerra do Paraguai e comandou a Polícia de São Paulo. Pedro de Toledo era de fato de incontestável linhagem paulista. Foi Ministro da Agricultura no governo

do Marechal Hermes da Fonseca. Em seguida chefiou as missões diplomáticas brasileiras na Itália, na Espanha e na Argentina. Era um paulista ilustre, político, administrador e diplomata. (AMARAL, p.72)

Em 1º de maio o Gen. Klinger, então comandante da circunscrição militar de Mato Grosso, aceita formalmente ser o comandante das forças constitucionalistas. Em São Paulo as atividades conspiratórias agitam a capital com maior intensidade. A expectativa paulista era que o general quando fosse para São Paulo, levasse consigo cerca de 6.000 homens bem adestrados, artilharia, copiosa munição e um corpo de competentes oficiais, já que aquela circunscrição era muito bem aparelhada. (DONATO, p.39)

Em 13 de maio imensa concentração popular na Praça do Patriarca inicia a campanha de alistamento de reservistas. Foram alistados neste dia 248 homens sendo 24 sargentos, 32 cabos e 192 soldados, todos possuidores de formação básica militar. (AMARAL, p.81)

Em 20 de maio chega a São Paulo Osvaldo Aranha enviado por Getúlio para assessorar Góes Monteiro, comandante da 2ª RM e Miguel Costa, comandante da FPSP na escolha dos nomes que deveriam compor o secretariado que iria trabalhar com Pedro Toledo no governo do estado, dando uma demonstração efetiva de que quem realmente mandava em São Paulo era o governo federal. As concentrações de grandes massas populares contra a situação se intensificaram. (HILTON, p.39)

Em 22 de maio, uma grande massa se reuniu pacificamente na Praça do Patriarca. Grandes oradores se fizeram ouvir destacando-se entre eles o promotor público Dr Ibraim Nobre, sem dúvida o "Tribuno da Revolução". Este título ele recebeu depois que o jornal "A Gazeta" publicou em 25 de janeiro, com muito destaque, o vibrante poema de sua autoria "Minha Terra! Minha pobre Terra".

Ibraim de Almeida Nobre nasceu em 19 de fevereiro de 1888 na rua Direita que une a Praça da Sé ao Viaduto do Chá e bacharelou-se em Direito nas legendárias Arcadas do Largo de São Francisco, tudo em plena Capital do Estado de São Paulo.

Ao final do discurso, aproveitando -se do efeito que suas palavras provocaram na massa pergunta solene e desafiante: "Que mais se espera?" E como se desse uma indiscutível voz de comando, brada: "Basta de palavras! Vamos à Segunda Região Militar". (PEIXOTO, p.19)

A massa como que obedecendo a uma ordem se deslocou para a Rua Conselheiro Crispiniano onde na frente ao QG da 2ª RM ouviu mais uma vez outro vibrante discurso de Ibraim Nobre : "...Aqui estamos numa jornada de confraternização. Ou vocês soldados estão conosco e recebem-nos e acolhem-nos, ou não estão, e nesse caso sejam sinceros e mandem atirar-nos e matar-nos, pela simples culpa de não queremos ser escravos!" Na confraternização com os militares ouviram da boca do Cap. Gastão Goulart que falava em nome do Coronel Ávila Lins comandante interino da 2ª Região Militar: "O Exército, em hipótese alguma, vibraria golpe fratricida contra São Paulo". Embora vagas estas palavras soaram como uma promessa de adesão do Exército a causa paulista. (AMARAL, p.20)

Para garantir também o apoio da poderosa Força Pública Paulista a multidão partiu em direção ao bairro da Luz onde se situava o Comando da Força Estadual. Subindo nas grades do portão do quartel mais uma vez Ibraim Nobre, em inflamado discurso, dirige a palavra ao Major Mario Rangel que os recebera. O Tenente-Coronel Elisiário Paiva, na ausência do Coronel Juvenal de Campos Paiva, Comandante Geral da FPESP, em face das circunstâncias aceita receber uma comissão representativa. Enquanto no interior do quartel os emissários parlamentam, a multidão do lado de fora, com o passar do tempo se agita. Nesse momento passava pela Avenida Tiradentes um esquadrão de cavalaria que vendo a agitação e temendo por uma invasão do quartel, desembainha a espada e faz uma carga sobre a multidão. A confusão é grande. Populares reagem disparando tiros. Surge a primeira vítima da revolução, o estudante Lima Neto. Os membros da comissão, acompanhados de oficiais da Força Pública, saem do quartel, esclarecem os fatos e, depois de outro discurso inflamado de Ibraim Nobre a turba se dirige para o Palácio Campos Elíseos para cobrar uma definição do Interventor Federal, o paulista Pedro de Toledo. (DONATO, p.31)

Pedro de Toledo incomodado pela desconsideração que vinha recebendo de Góes Monteiro e de Miguel Costa e, agora de Osvaldo Aranha, que estava em São Paulo para tratar de assuntos relativos a interventoria e nem se quer fizera a cortesia de o visitar, estava ciente da gravidade da situação. Novamente Ibraim Nobre se fez ouvir nos portões do Palácio dos Campos Elíseos, sede do governo do estado: "... Sou Promotor da Justiça! É por isso que eu acuso a revolução.

Acuso-a com as agravantes de seus crimes: a surpresa, o disfarce, a traição. Surpreendeu-nos a boa fé; disfarçou-se de liberdades e apunhalou-nos pelas costas. Diga, senhor embaixador Pedro de Toledo se Vossa Excelência está conosco, com São Paulo, com nossos anseios e com as nossas aspirações, ou se nós devemos abrir trincheiras no meio das ruas..." Embora aconselhado por sua prudência de diplomata o interventor afirmou que viera para pacificar a vida política do estado. "Se não o conseguir deixarei o governo e, então, fizesse o povo o que bem entendesse". Também não era uma posição clara a favor da revolução mas satisfiz a multidão. (PEIXOTO, p.22)

Eduardo Gomes, Osvaldo Aranha, Cordeiro de Farias e outros tenentistas estavam preocupados com os últimos acontecimentos e não aceitaram as demonstrações de rebeldia que os paulistas deram naquele dia. Procuraram o comando do 4º Batalhão de Caçadores do Exército e exigiram que a tropa saísse do quartel e atacasse os manifestantes que percorriam as ruas da Luz vociferando contra o governo. O Comandante, Ten. Cel. Mario da Veiga Abreu, em consonância com a opinião da oficialidade do Batalhão não atendeu. Correram então para a FPSP. Se a tropa federal não queria agir, a estadual resolveria o problema. Consultada ela também respondeu não, pois não queria que naquele dia se derramasse mais sangue paulista na cidade. Em consequência das duas negativas, os tenentistas organizaram vários grupos de simpatizantes que embarcados em diferentes tipos de condução cruzavam São Paulo conduzindo atiradores, armas e munições recebidas do Clube Três de Outubro, da Legião Revolucionária e de outras entidades tenentistas. Era preciso vencer o povo pelas armas antes que as turbas se armassem. (DONATO, p.32)

Desafiando o governo federal Pedro de Toledo escolhe um secretariado só de paulistas. O Dr Waldemar Ferreira é empossado na secretaria de Justiça e imediatamente, como primeiro ato de sua gestão, destitui o Gen Miguel Costa do comando da Força Pública nomeando para substituí-lo o Coronel da FP Júlio Marcondes Salgado, um dos conspiradores. (DONATO, p.33)

Em 23 de maio uma multidão reunida na Praça do Patriarca partiu pela Rua Barão de Itapetininga em direção a Praça da Republica com a intenção de depredar a sede do Partido Popular Paulista. No caminho ela foi interceptada por uma saraivada de balas disparadas das janelas do prédio que sediava o partido. Muitos foram os populares atingidos. De imediato foram registradas quatro mortes: (DE PAULA, p. 92 e 93)

- Mario **Martins** de Almeida, solteiro, nascido no município de São Manuel(SP) em 8 de fevereiro de 1901, morto no próprio dia 23 de maio de 1932 ao receber os tiros disparados da sede do PPP na Rua Barão de Itapetininga.

- Euclides Bueno **Miragaia**, solteiro, nascido em São José dos Campos (SP) a 21 de abril de 1911 era auxiliar de cartório na comarca de São Paulo. Também faleceu, no próprio 23 de Maio, imediatamente após receber os tiros disparados contra a massa.

- **Dráuzio** Marcondes de Souza, nascido em 22 de setembro de 1917 na cidade de São Paulo (SP), portanto com apenas 14 anos de idade. Era auxiliar de farmácia e veio a falecer cinco dias após ter recebidos os tiros na memorável passeata. Era filho de um farmacêutico.

- Antônio Américo de **Camargo** Andrade, era casado e tinha três filhos. Nasceu em São Paulo (SP) em 03 de dezembro de 1901 e era empregado no comércio da capital. Morreu no momento em que recebeu os tiros.

Embora a participação dos estudantes, particularmente os de direito do Grêmio 11 de agosto da tradicional faculdade localizada no Largo de São Francisco, fosse muito grande, nenhum dos mortos era estudante.

Uma centena de pessoas ficou levemente ferida. Cerca de 13 com gravidade sendo que Jacinto De Oliveira Alvarenga, o mais grave de todos, viria a falecer dias depois quando a sigla MMDC já estava consagrada.

No dia seguinte, 24 de maio, foi fundada a organização secreta chamada de **MMDC**, iniciais dos nomes das vítimas tombadas na noite anterior: Martins, Miragaia, Dráuzio e Camargo. Seria uma homenagem a elas e uma maneira de assegurar a perpetuação de seus nomes na história pátria ou se não, na da já heroica história do estado de São Paulo. Ela cuidaria das atividades logísticas necessárias para apoiar as ações da revolução assim que ela fosse efetivamente deflagrada e se dedicaria, de imediato, a mobilização geral de não reservistas. (HILTON, p.39)

Se observarmos com cuidado a maioria dos documentos, publicações e pronunciamentos, feitos antes e durante o desenrolar da revolução, verificamos que a ideia predominante no movimento não era de caráter separatista como divulgava o governo central na propaganda oficial. Assim é que em um cartão de grande circulação

editado e distribuído pelo MMDC vamos notar que ele apresenta certas particularidades. No lado direito, uma dama segura a bandeira Brasileira. Junto a ela vemos um brasão com as armas da República e, a seus pés, uma faixa que diz "Pro Brasília Fiant Eximia" que traduzido livremente quer dizer: "Pelo Brasil só se façam as melhores coisas". É bom notar que este dístico foi incorporado ao escudo de armas oficial de São Paulo, até hoje em uso, produzido pelo pintor, desenhista, historia-dor, heraldista, paisagista e pesquisador Watsh Rodrigues que foi adotado em 29 agosto de 1932 pelo Decreto Estadual nº 5656, assinado pelo governador Pedro Manuel de Toledo. Esse escudo teve sua versão escultórica feita em bronze pelo escultor Luiz Marrone que passou a fazer parte do acervo do Palácio dos Bandeirantes.

Vemos também em um cartão postal distribuído gratuitamente para a comunicação dos soldados com seus familiares os dizeres: "Tudo para um São Paulo forte no Brasil unido".

O então major Lysias Rodrigues, comandante dos "Gaviões de Penacho", um grupo de aviação de caça paulista, afirmou: "... os escudos onde eles traziam gravado o dístico - PRO BRASÍLIA FIANT EXIMINIA - eram os próprios corações". (AMARAL, p.92 e 93)

No discurso feito no dia 22 de maio, diante do Quartel General da Segunda Região Militar, onde procurava obter a adesão do Exército, Ibrahim Nobre empolgado como sempre proclama: "Acoimam-nos de separatistas. Mentira! A ditadura é que procura separar-nos do Brasil, numa odiosa exceção..." (PEIXOTO, p.20)

Em 31 de agosto de 1932, Manoel da Costa Manso, Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo salientou em plena realização da revolução constitucionalista: "São Paulo não pegou em armas para combater os seus queridos irmãos de outros estados nem para praticar a loucura de separar-se do Brasil, mas unicamente para apressar a volta do País ao regime constitucional". (PEIXOTO, p.21)

Baseado nestas afirmações podemos concluir que todas as evidências nos levam a constatação de que a revolução feita por São Paulo em 1932, realmente não era um movimento predominantemente separatista, como querem alguns.

O Exército Brasileiro nesse período vivia uma crise motivada pelo retorno à ativa de militares que, por participarem do movimento de 5 de julho de 1922, foram desligados da Escola Militar de Realengo. Por força da anistia recebida em novembro de 1930 voltaram à ativa, ocupando o lugar que tinham no almanaque de sua turma de formação. Com isso

passaram a frente de nove turmas de oficiais formados durante os nove anos que passaram fora do Exército, retardando as promoções o que gerou um grande descontentamento na oficialidade. A administração do General Leite de Castro, Ministro da Guerra, que já desagradava a influentes e poderosos políticos, somado a atitude tomada por ele aplicando pesadas punições aos militares que se pronunciavam contra o reingresso dos anistiados nas condições impostas, o deixou em situação delicada. Era voz corrente que Leite de Castro seria demitido. Antes que o governo se pronunciasse a respeito ele tomou a iniciativa e pediu demissão do cargo sendo atendido de imediato. (AMARAL, p.96)

Para substituí-lo, Getúlio Vargas nomeou o General Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso. Consta que sua nomeação foi feita por indicação de seu filho, o Capitão Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, quarto delegado auxiliar e do Capitão João Alberto, graduado coronel, Chefe de Polícia do DF. (HILTON, p.62)

Em Mato Grosso, o Gen Klinger, descontente com a nomeação do Gen. Espírito Santo Cardoso, redige um violento e contundente ofício no qual enfatiza o fato dele não ter o curso de estado-maior, de estar nove anos na inatividade e nunca ter sido general na ativa, o que não o credenciava para o alto cargo que ocupou. Faltava-lhe o conhecimento e a competência para acompanhar os modernos conceitos trazidos ao Exército pela Missão Militar Francesa. Na manhã do dia oito de julho o ofício foi entregue. O governo provisório ao tomar conhecimento dele, imediatamente passou ao General Klinger o seguinte telegrama : "8 de julho de 1932 horas 13,15 - URGENTE comunico-vos que chefe governo provisório vos reformou administrativamente pelo que deveis passar o comando Circunscrição ao substituto legal imediatamente. a) Gen Espírito Santo Ministro da Guerra." (AMARAL, p.104)

Klinger, por ter sido reformado administrativamente, teve que passar o comando e com isso perdeu a autoridade que possibilitaria a ele levar para São Paulo os cerca de 6.000 homens, a artilharia e a munição desejada e muito esperada pelos paulistas.

Desde meados de junho a revolução estava marcada para eclodir no dia 14 de julho, dia escolhido em função do significado universal da data. Considerando que os meios que o General Klinger poderia conduzir para São Paulo eram de importância fundamental para a revolução os paulistas estavam muito preocupados que o governo provisório o tentasse impedir de alguma forma.

Na data prevista possivelmente o Gen Klinger, não teria mais a autoridade legal para arrebanhar os meios. Atendendo a uma proposta do Ten Waldemiro Meirelles Maia, em reunião de oficiais realizada na casa do Dr Tito Pacheco na noite de 8 de julho, anteciparam o início da revolução para o dia 9 de julho na esperança de que ainda fosse possível ao general deslocar os meios almejados para São Paulo, o que, mesmo assim, não foi possível. (DONATO, p.43)

O Coronel Figueiredo estava na capital federal. Depois de uma audaciosa e rocambolesca fuga iludindo a vigilância dos agentes secretos da 4ª Delegacia Auxiliar que acompanhavam todos os seus passos, partiu de automóvel para São Paulo na tarde do dia oito. Na estrada Rio São Paulo, Figueiredo parou nas cidades de Lorena, Pindamonhangaba e Caçapava para fazer contatos com os comandantes das OM do Exército aquarteladas no Vale do Paraíba. (HILTON, p.76)

A REVOLUÇÃO

Ao chegar, na manhã do dia nove, em São Paulo, Figueiredo dirigiu-se imediatamente a casa situada na Rua Sergipe, 37 cujo proprietário a passara a disposição do comando revolucionário. Lá, o Gen Isidoro entregou a Figueiredo o comando operacional de todo o movimento. Imediatamente ele reuniu seus oficiais e assinou as ordens para a execução das primeiras ações militares necessárias ao cumprimento daquilo que planejara. As primeiras providências foram as seguintes (FIGUEIREDO, p.102):

- Ocupação do Telégrafo Nacional: – a responsabilidade coube a 1 Pelotão do 6º Batalhão e Caçadores Paulistas da FPSP .

- Correios: – Para sua ocupação designou o Cap Ribeiro da Costa com um Pelotão da Guarda Civil.

- As Empresas Telegráficas Comerciais: a *All America Cables*, a *Western Telegraph* e a *ItalCable* foram ocupadas por civis rigorosamente escolhidos sendo cada um garantido por um pelotão da FPSP.

- A Estação Telefônica - foi ocupada pelo MMDC.

As 21 horas o Cel Figueiredo já tinha o controle das estradas de ferro, os entroncamentos rodoviários, as estações de rádio, as estações telefônicas e telegráficas, a Guarda Civil Paulista, toda a Força Pública de São Paulo e a maioria das Unidades do Exército.

Apenas o QG da II Região Militar no centro da capital e o 4º RI em Quitauna não haviam aderido ainda. (FIGUEIREDO, p.121)

A meia noite, como o QG não se definira, Figueiredo acompanhado de alguns oficiais e civis foi até lá onde depois de algum esforço conseguiu a sua adesão. Foram presos sob palavra os oficiais que não aceitaram a proposta e não aderiram. Na madrugada do dia 10 recebeu a tranquilizadora notícia que também o 4º RI aderira. (DONATO, p.32)

As tropas paulistas que iriam operar no Vale do Paraíba (Frente Leste) foram enquadradas pela 2ª DIO – 2ª Divisão de Infantaria em Operações - sob o Comando do Cel Euclides de Figueiredo cujo Chefe de Estado-Maior era o Cel Palimércio Resende e tinham a seguinte organização e missão (FIGUEIREDO, p.166):

A coluna da Esquerda (*sic*), pelo Norte, comandada pelo Cel Antonio Paiva de Sampaio, progredirá ao longo da via férrea, por Queluz – Salto – Resende, para conquistar Resende.

A coluna da Direita (*sic*), pelo Sul, progredirá para E pelo eixo da rodovia Rio - São Paulo para conquistar Alambari e será comandada pelo Cel. Jose Joaquim de Andrade.

Cobertura do flanco Norte, sob o comando do TC/FPSP Herculano de Carvalho recebeu a missão de estabelecer-se defensivamente na Região do Túnel -Piquete-Cruzeiro.

Reserva: um Batalhão do 4º RI e um Pelotão do 2º RCD, em Cachoeira.

QG/2ª DIO: estabelecido em Lorena.

Esta ordem não foi executada como concebida. Havia muito ardor e muita disposição, mas pouca iniciativa para avançar e fracos recursos para tentar... A 2ª DIO parou condenada a fazer uma guerra de trincheiras.

Predominaram ao longo de toda a campanha basicamente os destacamentos constituídos no inicio das operações embora ao longo do tempo tenha sofrido, muitas adaptações para atender as variações do combate.

O efetivo da 2ª DIO, no inicio das operações, foi de 7.049 homens do Exército. Durante toda a campanha recebeu batalhões da FP e de Voluntários (que quase sempre eram enviados para a frente sem instrução ou com instrução militar insuficiente) que somados aos efetivos necessários aos serviços de retaguarda chegou próximo dos 20.000 homens sem contudo completar esta cifra.(FIGUEIREDO, p.170)

Na Frente Sul (Paraná):

O alto comando paulista que dava como certa a adesão do Rio Grande do Sul, suposição que, aliada a facilidade de defesa da área, pois estava apoiada na linha balizadas por rios obstáculos, colocou aquela frente em segundo plano, razão pela qual foi mobiliada, inicialmente, por apenas um Batalhão e 2 Esqd. Cav. da FPSP e um Batalhão constituído por Voluntários, o "14 de Julho". (AMARAL, p.144)

A RESPOSTA DO GOVERNO PROVISÓRIO

A partir de 1º de julho de 1932, as tropas federais estacionadas na Vila Militar foram colocadas de prontidão. A partir de 10 de Julho foram expedidas as ordens para que as tropas se deslocassem em direção à fronteira de São Paulo visando manter a revolução restrita ao território Paulista. Caso algum elemento das tropas constitucionalistas já houvesse transposto a fronteira deveria ser recalcado para evitar a qualquer custo que esses elementos se aproximassem da Vila Militar no Distrito Federal.

O 1º RCD (Dragões da Independência), no dia 11 de julho atingiu Resende e deslocou-se para FORMOSO onde se desdobrou e lançou um "Reconhecimento de Oficial", como era chamada na época, a patrulha de reconhecimento de longo alcance comandada por um tenente, em direção a SÃO JOSÉ DO BARREIRO.

O soldado Plínio Pitaluga que fora desligado a bem da disciplina, em novembro de 1931, do segundo ano da Escola Militar do Realengo, estava servindo no 1º Regimento de Cavalaria Divisionário (Dragões da Independência) pois era norma na época que ao ser desligado o cadete "pagava" um ano servindo em corpo de tropa. Findo esse tempo ele teria duas opções ou se candidatava a nova matrícula na Escola Militar ou então voltaria a vida civil. Plínio Pitaluga retornou a Escola e, mais tarde, em 1944, comandou o Esquadrão Tenente Amaro, única tropa de cavalaria da Força Expedicionária Brasileira que combateu na Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Anos depois foi promovido a General na ativa.

Como era muito considerado no regimento e sua instrução militar era muito próxima da dos oficiais, foi escolhido para tomar parte na patrulha de reconhecimento, comandada pelo Tenente Bruno Fraga Resende, um oficial gaúcho natural de itaqui (RS) que iria tentar descobrir as posições paulistas na região de São José do Barreiro, vila situada entre a Estação Homem de Melo e Resende.

Durante os deslocamentos da patrulha que era constituída, pelo tenente comandante, um sargento, um cabo e quatro soldados, sendo ele um deles, sempre esteve a frente dela pois era o esclarecedor da ponta, função normalmente dada para elementos possuidores de muito bom adestramento militar e dotados de características bem marcantes de personalidade.

O deslocamento da patrulha era lento pois exigia de seus elementos muita atenção na busca de indícios da presença do inimigo e muito cuidado para não ser visto por ele. Quando chegaram a cerca de três quilômetros de São José do Barreiro começaram a encontrar indícios da presença dos paulistas. Uma caixinha vazia de cartuchos de fuzil caída no chão, um espaldão para fuzil metralhador recém cavado e não ocupado, pontas de cigarro... Plínio concluiu que "eles" estavam ali.

Após uma curva a estrada passava por um corte entre duas linhas de elevações cujos topos eram cobertos por densa vegetação. Montado ele tinha as quatro rédeas (duas do freio e duas do bridão) presas pela mão esquerda e a mão direita empunhava o mosquetão pronto para atirar. Avistou, dentro de um bambual na margem da estrada, um soldado paulista que correu. Quase que instintivamente acionou o gatilho com a arma apontada na direção do alvo. Imediatamente a tropa que estava na crista dos morros disparou as armas. Como a patrulha era de reconhecimento que só combate para conseguir informações ou para defender-se, mesmo sem receber uma ordem específica, com os cavalos colados no taludes dos cortes, correram para longe na direção geral das linhas amigas.

Eles haviam penetrado dentro da posição avançada paulista. Julgando que aquele pequeno grupo de soldados era apenas a ponta da vanguarda da tropa federal os paulistas esperaram para atirar apenas quando a massa inimiga chegasse ao alcance de suas armas. O tiro dado por Pitaluga provocou o acionamento das armas paulistas. Foi dele o primeiro tiro disparado numa ação de combate na Revolução Constitucionalista de 1932 neste que foi o primeiro encontro entre as duas facções².

² PITALUGA, Plínio. Entrevista concedida ao autor no dia 10 de fevereiro de 1995, as 14:00 hs, na sede do Conselho Nacional das Associações dos Excombatentes do Brasil. A gravação está arquivada pelo autor.

Depois do 1º RCD foram enviados para a Região de Resende: o 1º e o 3º RI, o 1º BE e tropas de Artilharia. Estes corpos de tropa foram reforçados por Batalhões organizados pelos Interventores dos estados do NE que encontraram muita facilidade para recrutá-los em função da grande seca ocorrida naquele ano.

Na frente de Itararé, no Sul, o Gen. Waldomiro Lima atacou e praticamente não encontrou resistência. Viu as tropas paulistas compostas por voluntários mal armados e mal instruídos do "Batalhão 14 de Julho", abandonarem as posições em fuga. Animado com esta vitória fácil expediu um telegrama em linguagem clara, pelo qual avisava ao Governo Central que ocuparia a capital de São Paulo dentro de quatro dias. Para evitar uma nova ocorrência de fatos dessa natureza, o Gen. Klinger mandou buscar o Cel. Brasília Taborda, em Santos, que preparava a defesa daquele porto, para organizar e comandar as tropas que atuavam na frente do Paraná. (AMARAL, p.199 e 206; BASTOS, p.30 e 35)

Imediatamente Taborda juntou a tropa que debandara e que estava reunida em Itapetininga. Reorganizou o dispositivo e elaborou uma cuidadosa, simples e precisa manobra para causar sérios prejuízos e até mesmo deter, se bem executada, o inimigo:

- Organizou uma posição defensiva com o "Batalhão 14 de julho", que reuniu em Buri, e um Esqd. Cav. da Força Pública.

- Um forte contingente de 1500 homens de infantaria apoiados por peças de artilharia, sob o comando do Ten.-Cel. / FPSP Moraes Pinto, fazia um amplo envolvimento em direção a Faxina visando atingir a retaguarda adversária.

A manobra não surtiu o efeito esperado, pois o Ten.-Cel. Moraes Pinto parado em local não previsto, avisou no dia seguinte que estava aguardando ordens, demonstrando não ter entendido a missão que recebera. Mesmo assim, estavam terminadas as facilidades que Waldomiro Lima esperava encontrar para seu "vitorioso" avanço sobre a capital de São Paulo. A primeira "vitória" de Waldomiro Lima dera-lhe muita confiança que, somada a preocupação de aproveitar o êxito inicial, o levou a permitir que suas linhas de suprimentos se alongassem tornando-o vulnerável. Era preciso aproveitar... (BASTOS, p.35 e 36)

Pelo Estudo de Situação que fez, Tabora concluiu que, face aos meios envolvidos, as circunstâncias, a escassez de munição e o efetivo que, em sua maioria não possuía o mínimo de instrução militar necessário, só era viável a defensiva.

As Tropas Federais eram compostas por Unidades do Exército, Tropas gaúchas, Forças Policiais de vários estados, Cavalaria e cerca de 10 Baterias de Artilharia, não havendo qualquer limitação para consumo de munição.

Por sua vez as Tropas Constitucionalistas eram constituídas por Batalhões Patrióticos que possuíam, roupas, alimentação e muito ardor mas faltava-lhes preparo militar, armamento e munição. O único apoio de fogo que possuíam era composto por 6 peças de Artilharia que só podia disparar de 2 a 4 tiros por dia, 3 Esquadrões de Cavalaria e o Regimento de Cavalaria do Rio Pardo. Como aliado principal, tinha o terreno que favorecia as ações defensivas.

Tabora procurou compensar sua inferioridade de meios com manobras que foram realizadas continuamente restringindo ao máximo o movimento do opositor. Quando o armistício foi assinado, Waldomiro Lima não tinha conseguido ainda nem atingir as imediações da cidade de São Paulo. (BASTOS, p.49 e 50)

OUTRAS FRENTES

A revolução não ficou restrita ao território paulista. Ela eclodiu em outros estados da federação, pois durante a fase conspiratória os revolucionários trocavam correspondência e enviavam emissários para coordenar a conspiração. Assim, a revolução constitucionalista surgiu com maior ou menor intensidade, nos seguintes estados (DE PAULA, p.245 a 261):

a. Mato Grosso. O Sul do Estado, de Campo Grande ao Paraguai, arvorou-se em novo estado da Federação nomeando inclusive um governador. Como era vital a posse de Porto Esperança, terminal da EFNO e a de Porto Murtinho, o Governo Federal deslocou para aquela Região o 17º BC de Corumbá.

Os constitucionalistas se organizaram em varias unidades que recebiam o nome de seus organizadores e agiam sem ter a coordenação de um comando central único e nem ter definidos os objetivos estratégicos ou táticos o que os levava a combater onde encontrassem o inimigo. O combate mais notável dessa frente foi o realizado pela posse de Porto Murtinho

b. Rio Grande Do Sul. As ações desenvolvidas no Rio Grande do Sul durante a Revolução Constitucionalista embora envolvam pequenos combates é ainda pouco estudada. A Frente Única havia programado que a revolução que destituiria Getulio Vargas da Presidência seria liderada pelo Rio Grande do Sul sob a chefia de Flores da Cunha. Na ultima hora Flores optou por permanecer fiel a Vargas. Mas isso não impediu que alguns lideres continuassem apoiando as ideias constitucionalistas. Após a definição de Flores da Cunha, a Brigada Militar começou a procurar e a perseguir esses lideres e seus seguidores.

Os constitucionalistas gaúchos combateram em situação de inferioridade seja pelo efetivo disponível seja pela precariedade do armamento que dispunham. Assim foi em Pelotas, Sta. Maria, São Gabriel, Soledade, Vacaria e no último combate em Cerro Alegre (Estância de Nicanor Barbosa).

c. *Em outros estados*

Com menos importância histórica e pouca expressão política, ocorreram tentativas de criar novas frentes de apoio as ações desencadeadas por São Paulo:

- **Pará:** Em **Óbitos** a guarnição do forte se revoltou e partiu em pequenas embarcações para atacar a guarnição de Manaus em apoio ao 27ºBC cujos sargentos se revoltaram em apoio a revolução paulista. Foram interceptados por uma flotilha governista que afundou suas embarcações ocasionando 54 mortes.

Em **Belém** estudantes constitucionalistas apoderaram-se de fuzis do tiro de guerra local e ocuparam quartéis da polícia e dos bombeiros. Foram derrotados

- **Manaus:** no 27º BC, sargentos apoiaram a revolução aderindo ao movimento iniciado em Óbitos, mas são imediatamente presos.

- **Bahia:** Portando os fuzis descalibrados do Tiro de Guerra da Faculdade de Medicina, os estudantes tomaram posição no próprio campus. 427 rapazes e 312 moças foram aprisionados.

- **Ceará:** Severino Sombra fundador da Legião Cearense do Trabalho, ao eclodir a revolução estava no Rio de Janeiro. Voltou de avião para Fortaleza com a missão de sublevar o estado. Foi preso ao desembarcar.

- **Rio de Janeiro:** Estudantes organizaram vários movimentos de rua. Todos foram reprimidos ou impedidos de serem concretizados pela 4ª Delegacia Auxiliar

- **Minas Gerais:** Artur Bernardes lançou manifesto e dirigiu-se a Viçosa sua cidade natal onde reuniu constitucionalistas mineiros passando a criar dificuldades ao Governo Estadual que para reprimi-los desviava meios que necessitava para combater na frente paulista.

O TÚNEL DA MANTIQUEIRA

Situado exatamente sob a linha de fronteira entre os estados de São Paulo e Minas Gerais o Túnel fica no leito da Estrada de Ferro da Viação Sul Mineira que liga a cidade de Cruzeiro (SP) e Passa Quatro (MG). O possível avanço de tropas federais pelo túnel, partindo de Minas Gerais, cortaria, no vale do Paraíba, a ligação das forças da frente leste paulista com a capital do estado inviabilizando a revolução condenando-a a uma derrota precoce. Por isso o Cel. Figueiredo preocupou-se em ocupá-lo logo no início das operações.

O terreno montanhoso facilitava as operações defensivas e dificultava sobre maneira as ofensivas. Ocupando o terreno com propriedade os paulistas conseguiram manter as posições até a noite de 12 para 13 de setembro quando delas se retiraram. (AMARAL, p.231)

O FIM

Sem a possibilidade de importar o material bélico necessário, particularmente armamento e munição, sem tempo de ministrar uma instrução militar coerente e eficaz, sem condições de desenvolver uma atividade econômica capaz de produzir as riquezas necessárias para manter um estado de beligerância a altura, suas forças foram derrotadas no campo militar. Foram 82 dias de operações militares desenvolvidas praticamente em todas as suas fronteiras.

COMENTÁRIOS

Foi sem dúvida a maior mobilização popular jamais registrada na história do Brasil. Reuniu debaixo do ideal constitucionalista indivíduos das mais variadas tendências: militares, políticos, idealistas, separatistas, anarquistas, comunistas, imigrantes de várias origens, indivíduos de vários credos e de diversas raças...

Somente o entusiasmo das massas não ganha a guerra. São necessárias boas e eficientes armas e comunicações na quantidade e qualidades exigidas pelo combate, o que São Paulo não possuía. As cinquenta toneladas de pólvora de diferentes tipos que foram apreendidas na Fabrica de Piquete não foram suficientes. A pólvora necessária para alimentar as frentes de combate foi produzida, porém sem o componente químico que lhe dava a necessária estabilidade, o que obrigava o imediato consumo da munição. Muitas vezes, o tiro disparado caía a alguns metros da boca do fuzil gerando apreensão e desconfiança nos soldados³.

Era indispensável artilharia e metralhadoras... o que os paulistas também não possuíam na quantidade necessária.

Os efetivos precisavam de uma boa instrução militar, mas a maioria dos voluntários não tinha praticamente nenhuma... O enquadramento da tropa que deveria ter sido feito por oficiais treinados e adestrados... foi feito por oficiais comissionados, muitas vezes sem qualquer conhecimento da arte da guerra.

Praticamente não houve importação de material bélico. A ofensiva diplomática do governo central dificultou a compra e o bloqueio do litoral e do Porto de Santos impediu a entrada de qualquer suprimento que pudesse vir do exterior.

A atitude defensiva adotada desde o início, contrariando o axioma que diz que só a ofensiva conduz a vitória e o princípio que antes de tudo a guerra revolucionária é um conjunto de ações caracterizado pela audácia, transformou a revolução em uma improdutiva guerra de trincheiras.

³ Manuscritos do Tenente Bibiano Coutinho, único oficial do Exército que pertencia aos quadros da Fábrica de Pólvora de Piquete que aderiu a Rrevolução Constitucionalista de 1932. Coleção do autor.

A presteza do Governo Provisório em cercar totalmente São Paulo com tropas dos outros estados e de interditar o Porto de Santos com um eficiente bloqueio naval de todo o litoral limitou a ação paulista, impedindo a entrada de reforços e de material bélico e o alastramento da revolução para o restante do país.

Toda a população do estado, brasileira ou não, de alguma forma, atuou na revolução. As senhoras, inclusive as da alta sociedade paulista, trabalharam muito, seja nas oficinas de costura fazendo uniformes para os soldados, seja como enfermeiras nos hospitais, seja auxiliando o MMDC no desenvolvimento de suas campanhas. Elas fabricavam, junto com os uniformes, roupas íntimas feminina que faziam chegar aos jovens saudáveis em idade competente que fugiam do alistamento militar cooperando assim com o esforço de mobilização geral do estado.

Uma campanha chamada "Doe ouro para São Paulo" arrecadou, até as vésperas da ocupação da cidade de São Paulo, pelas tropas do governo federal, a importância de 6.234.638\$600, contabilizando 32.909 doações. Estas doações eram compostas por pares de alianças, talheres, joias, vasos e tudo o que pudesse ser transformado em dinheiro. Foi a maneira encontrada para suprir a revolução dos recursos necessários a manutenção da guerra já que o estado estava literalmente cercado e não tinha como obtê-los de outra forma. Como compensação pela doação efetuada o doador recebia um diploma ou uma aliança de ferro onde estava escrito "Doei ouro para o bem de São Paulo" (DONATO, p.65 e 66)

A facilidade de recrutamento nos estados do Nordeste, onde a seca deixava como única opção de sobrevivência, para muitos, o alistamento nos Batalhões de voluntários organizados pelos Estados para aumentar continuamente o contingente do governo central no combate aos revolucionários. Isto permitiu uma superioridade numérica muito grande em favor do governo.

A eficiente e insistente propaganda governamental incutindo nos brasileiros a falsa ideia de que a revolução era de caráter separatista acelerou a definição dos indecisos nos demais estados.

O imenso esforço da Escola Politécnica de São Paulo para o desenvolvimento de material bélico com a adaptação da indústria para sua produção foi notável. Assim é que foram produzidas granadas de mão, bombas para a aviação, sabres bocais para lançamento de granadas, minas marítimas, bombardas (morteiros), trens blindados, capacetes de aço... Embora isso minorasse a necessidade de material de emprego militar, não foi suficiente para atender as necessidades do combate. (NOGUEIRA FILHO, p.17 a 26)

O MMDC foi uma organização que primou pela eficiência. Ela realizou o apoio de alimentação e transporte das tropas de todas as frentes, operou um sistema de doações, incluindo a campanha "Doe ouro para o bem de São Paulo", coordenou a liga das senhoras paulistas na confecção de uniformes, operou um eficiente correio militar e realizou toda a mobilização de voluntários não reservistas. Mas alimentação na hora e na quantidade necessária, correio eficiente, fardamento e agasalhos por si só não vencem a guerra.

Tudo isso contribuiu para a vitória dos Governistas e a aceleração da derrota dos constitucionalistas.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Pedro Ferraz do. Resumo da obra em 6 volumes "A Guerra Cívica" de Paulo NOGUEIRA. Comissão de Comemorações do Cinquentenário da Revolução Constitucionalista de 1932 e Sociedade Veteranos de 32-MMDC. 1982. 254 p.

BASTOS, Justino Alves. *Palmo a Palmo*. São Paulo. Sociedade Imprensa Paulista. 1932. 165 p.

DONATO, Hernani. *Breve História da Revolução de 32*. São Paulo: LERLISA Editora. 1977. 94 p.

FIGUEIREDO, Euclides de Oliveira. *Contribuição para a História da Revolução constitucionalista de 1932*. São Paulo: Livraria Martins Editora. 1977. 313 p.

HILTON, Stanley. *1932 A Guerra Civil Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1982 284

KLINGER, Bertoldo. *Narrativas autobiográficas - vol VII, Em Continência á Lei*. Rio de Janeiro: O cruzeiro. 1953. 509 p.

LERY SANTOS, Edmundo. *O Movimento de 9 de Julho de 1932*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1933. 277 p.

NOGUEIRA, Paulo. *A Guerra Cívica 1932. 1º vol: Ocupação Militar*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora. 1965. 426 p.

_____, Paulo. *A Guerra Cívica 1932. 3º vol: Povo em Armas. 1º Tomo*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora 1967. 317 p.

_____, Paulo. *A Guerra Cívica 1932. 4º vol: Resistência Indômita. 1º tomo: Mobilização Épica*. São Paulo: U.A.E S/A. 1981. 393 p.

NOVAES, Israel Dias. *Pedro de Toledo*. Revista PAULISTÂNIA nº 82. São Paulo. 1978

PEIXOTO, Silveira. Ibrahim. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, Volume LXXXVI. São Paulo. 1991

RODRIGUES, Lysias. *Gaviões de Penacho, A luta aérea na guerra paulista*. São Paulo: Tipografia Rossolillo. 1934. 129 p.

TABORDA, Brazilio. *Alguns Episódios da Revolução Constitucionalista de São Paulo em uma Carta Aberta*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército. 1970. 49 p.